

PERCEPÇÃO AMBIENTAL DE ESTUDANTES DE ENSINO MÉDIO DE UM ESCOLA PÚBLICA LOCALIZADA EM PARELHAS/RN

**Gerbeson Carlos Batista Dantas Dantas¹
Farias, Henriqueta Monalisa²
Alessandra Carla Oliveira Chagas Spinelli³**

¹ Universidade Federal Rural do Semi-Árido, Angicos – RN, Brasil, gerbeson_dantas@hotmail.com

² Universidade Federal de Campina Grande, Sumé – RN, Brasil, monalisa_miller@hotmail.com

³ Universidade Federal Rural do Semi-Árido, Angicos – RN, Brasil, alessandraspinelli@ufersa.edu.br

Introdução

Desde o período pós Revolução Industrial, a expansão do modelo de produção capitalista, centrada na produção vertiginosa de produtos, somando-se com o êxodo rural e formação dos conglomerados urbanos, causou uma série de problemas ambientais, sobretudo, pela destinação inadequada dos resíduos sólidos urbanos, que terminam por causam inúmeros desequilíbrios ambientais. Diante dessa conjuntura do universo capitalista, somente uma profunda mudança de paradigma nas práticas da sociedade é capaz de reverter esse quadro preocupante e desse modo, a Educação Ambiental emerge como instrumento elementar uma vez que, segundo Araujo (2010), somente uma sociedade conscientizada das limitações dos recursos e mobilizada em prol de reverter o quadro devastador, é capaz de promover mudanças e garantir a manutenção das gerações atuais e futuras.

Segundo Lopes e Alcântara (2013) são notórios os problemas socioambientais profundos e podem ser personificados ao observar o entorno, as comunidades, as cidades. Por essa razão, a temática da Educação Ambiental é cada vez mais objeto de interesse de professores, pesquisadores ligados a essa área em função da sua significativa contribuição para o estabelecimento do elo educação-cidadania. Segundo a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (2007) a terminologia Educação Ambiental vem sendo estudada desde 1948, todavia, somente a partir de 1972, com a primeira grande Conferência sobre as questões Ambiental intitulada como a 1ª Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, realizada em Estocolmo, capital da Suécia, foi que esse termo ganhou solidez, sobretudo, a partir da inserção da Educação Ambiental na Declaração de Estocolmo, documento resultante desta conferência (BARRETO & CUNHA, 2016). Esse documento norteou as ações dos governos, partícipes da conferência de Estocolmo, acerca das leis, políticas e instrumentos concretos para inseri-la à população.

No Brasil, a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), instituída pela Lei 6938/1981 foi o pontapé inicial para instituição da educação ambiental na sociedade. O artigo 2º trata do objetivo da PNMA e dispõe que um dos instrumentos para aplicação desta lei é a Educação Ambiental (Brasil, 1981). Outro avanço nesse sentido foi a Constituição Federal (CF) de 1988. A CF de 1988 trata em seu artigo 225º, parágrafo § 1º, inciso VI, que o poder público deve “promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente” (BRASIL, 1988, Art 225º).

Somando-se aos os avanços legais no tocante a educação ambiental, tanto aqueles contidos na PNMA e quanto na CF-1988 e posteriormente, na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento-ECO92 que ocorreu no Rio de Janeiro, o grande marco é a Lei 9795/1999, instituindo a Política Nacional de Educação Ambiental (BRASIL, 1999). Não obstante dessa questão, Resolução nº 2, de 15 de junho de 2012, estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica em todas as suas etapas e modalidades reconhecendo a relevância e a obrigatoriedade da Educação Ambiental estar inserido nos programas educacionais do país (BRASIL, 2012).

Diante desse panorama histórico e legal que resultaram em promulgações de leis e resoluções direcionadas aos estabelecimentos brasileiros de educação, estudar a percepção ambiental de discentes do ensino básico é fundamental uma vez que a partir da compreensão ambiental dos discentes é possível apontar direcionamentos e aperfeiçoar a proposta pedagógica da escola concernente a educação

ambiental (SILVA & RAMOS, 2012). Nessa perspectiva, o presente trabalho objetiva estudar a percepção ambiental resultante da compreensão de cada um dos discentes de ensino médio de uma Escola Estadual localizada no município de Parelhas/RN.

Material e Métodos

A pesquisa foi desenvolvida em uma Escola Estadual de ensino fundamental e médio, situada no município de Parelhas, Estado do Rio Grande do Norte. A pesquisa consistiu na aplicação de uma palestra de curta duração intitulada “Percepção Ambiental no semiárido potiguar” e posteriormente, realizado a aplicação de um questionário semiestruturado, abrangendo tanto questões fechadas quanto o perfil do estudante, como questões abertas quanto à percepção ambiental de cada um. As atividades aconteceram no transcorrer do dia 11 de junho de 2016 na referida escola. Como artifícios metodológicos, a pesquisa fundamentou-se na Observação Direta Extensiva (MARCONI & LAKATOS, 2005), como também numa análise quali-quantitativa com a aplicação da técnica do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) (LEFEVRE & LEFEVRE, 2003).

Resultados e Discussão

O estabelecimento de ensino em que ocorreu esta pesquisa não dispõe de uma disciplina específica de educação ambiental, no entanto, após análise em conjunto da pedagoga da escola do projeto político pedagógico foi detectado que os temas ambientais são trabalhados diretamente nas disciplinas de geografia e biologia. Somando-se a isso, a escola realiza palestras rotineiramente e participa de uma gincana anual que ocorre entre as escolas, em parceria com as Secretarias Municipais de Meio Ambiente e de Educação. Essa gincana trata sobre temas ambientais, como reflorestamento das árvores nativas da região e da mata ciliar do rio Seridó que corta o município, combate do *aedes aegypti* e etc. A escola também possui um projeto de uma horta que é mantida pelos próprios discentes, com supervisão de um servidor.

Como breve descrição dos entrevistados, a maioria é do gênero masculino (27/48), com idades distribuídas entre 15 a 19 anos, com média aritmética simples de 17,4 anos. A maioria dos discentes (30/48) cursa o 1º ano do ensino médio, enquanto o restante (18/48) cursa o 3º ano. Os discentes são oriundos do turno vespertino. Todos afirmaram que os professores em sala de aula abordam os temas ambientais, preferencialmente, resíduos sólidos, saneamento básico, economia de água, proteção da mata ciliar em torno dos rios e da mata nativa da região, qualidade do ar, proteção das espécies de animais e coleta seletiva. Quanto ao interesse, a maior parte (38/48) disse que gosta de estudar esses temas, enquanto metade do restante gosta razoavelmente e a outra metade não gosta.

As respostas estão denotadas no Quadro 1 que sintetiza os resultados os questionários. Para cada uma das respostas, encontra-se explicitada entre parênteses a quantidade de respondentes que apresentaram a mesma Ideia Central (IC) em sua resposta (N1) e o número total de respondentes (N).

Quadro 1. Perguntas e respostas centrais colhidas pelo questionário

PERGUNTA	IDEIA CENTRAL - (N ₁ /N)
A) Qual seu entendimento sobre meio ambiente?	O local em que vivemos (20/48) Soma de todos dos seres vivos e não vivos (15/48) É o espaço que deve ser preservado, pois sem ele morreremos (13/48)
B) O que você entende por degradação ambiental?	A fumaça das cerâmicas (18/48) O acúmulo de resíduos na natureza (17/48) Acontece quando jogamos resíduos nos rios e desmatamos (13/48)
C) Qual o temática ambiental trabalhado em sala mais te interessa?	Coleta seletiva (21/48) Proteção florestas nativas e da mata ciliar (19/48) Água (8/48)

Na primeira questão, a maioria dos entrevistados responderam coerentemente que o meio ambiente é o meio em que vivemos. De acordo com Ribeiro et al. (2012) essa resposta reflete o que de fato é o meio ambiente: o meio pelo qual ocorre as relações entre sociedade e o meio. Ainda nessa questão, houve outras respostas que embora não seja a definição exata, refletem os aspectos práticos do que de fato é o meio ambiente, demonstrando que os discentes possuem bom conhecimento sobre essa temática. Já quando interpelados sobre o que é degradação ambiental, os discentes enfatizaram os

aspectos ambientais da degradação ambiental. As respostas sinalizam boa percepção ambiental dos entrevistados sobre o contexto aos quais estão inseridos.

O município em questão possui grande quantidade de cerâmicas, com vasta produção de artefatos de cerâmica vermelha, figurando entre um dos maiores produtores do Estado. Somando-se a isso, o município não dispõe de um plano de gestão dos resíduos sólidos, em dissonância com a Lei 12.305/2010 (BRASIL, 2010). Esses fatores terminam por causar transtornos de ordem ambiental que são percebidos pelos estudantes e personificados nas respostas desta questão. As respostas sinalizam que, além da formação escolar, o contexto vivido por cada um deles, compõe as respostas (SILVA & RAMOS, 2012).

No que concerne a temática ambiental trabalhado em sala que mais interessa ao entrevistado, a principal resposta foi à coleta seletiva. Esta resposta é esperada, uma vez que a escola possui alguns dispositivos interessantes nesse sentido: em locais oportunos, há depósitos para acondicionamento de resíduos em função de sua classificação (papel, vidro, plástico e metal), assim como, iniciou-se uma horta no espaço da instituição com protagonismo dos próprios alunos, de modo que parte dos resíduos orgânicos oriundo da merenda escola são usados como adubo para a horta.

Somando-se ao contexto interno escolar, o bairro que a escola está inserida possui uma associação de materiais recicláveis, fazendo assim, parte da vivência diária dos estudantes. Esses fatores somados influenciam a percepção ambiental dos discentes em relação ao manejo dos resíduos, mais especificamente, a coleta seletiva e sua finalidade. Ainda nessa questão, houve respostas afirmando que os temas de proteção das florestas nativas e mata ciliar são objetos de maior interesse por estes. As duas temáticas já foram assuntos amplamente debatidos em sala e inclusive, tema das gincanas anuais.

A temática água é o tema mais debatido em sala de aula, segundo os professores, justificado pelo momento atual que o município passa, uma vez que embora o mesmo figure entre um dos maiores reservatórios de água destinada ao abastecimento público do Estado, este reservatório está com níveis reduzidos de lâmina d'água e, por conseguinte, o município passa por um revezamento de abastecimento como medida de economia. Esse revezamento tem gerado preocupação a todos os segmentos da sociedade e a escola, não abstraída dessa realidade, trabalha fortemente essa temática em sala de aula.

Conclusão

Diante das respostas, observa-se que a educação ambiental se apresenta como o grande instrumento capaz de modificar a compreensão atual da relação do homem com o meio ambiente, promovendo, quando bem-sucedida, a compreensão pelos homens de suas necessidades e do limite capaz de ser retirado do meio ambiente, estabelecendo uma sintonia harmoniosa entre o homem e o meio. Portanto, a educação ambiental deve estar presente nas escolas, como instrumento de formação educacional, cidadã, atuando como agente transformador do contexto em que o estudante está inserido. Logo, a percepção ambiental desses estudantes revela que as iniciativas da escola, inseridos no projeto político pedagógico, têm surtido efeito e proporcionado sensibilização/conscientização ambiental dos discentes vinculados a esse estabelecimento de ensino público.

Referências

ARAÚJO, K. L. A educação ambiental como instrumento para a realização do consumo sustentável e da proteção constitucional do meio ambiente. In: SEABRA, G. F.; SILVA, J. A. N.; MENDONÇA, I. T. L. (Org.). A Conferência da Terra: Aquecimento global, sociedade e biodiversidade. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB. v.2, p.11-16. 2010.

BARRETO, L. M.; CUNHA, J. S. Concepções de meio ambiente e educação ambiental por discentes do ensino fundamental em Cruz das Almas (BA): um estudo de caso. *Revista Brasileira de Educação Ambiental*, v.11, n.1, p.315-326. 2016.

BRASIL. Lei nº 6.938. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. 1981. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6938.htm>. Acesso em: 19 de julho de 2017.

BRASIL. Constituição Federal Constituição da República Federativa do Brasil. 1988. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf?sequence=1?curso=CFS%20202018>. Acesso em: 19 de junho de 2017.

- BRASIL. Lei no 9.795. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9795.htm>. Acesso em: 19 de julho de 2017.
- BRASIL. Lei nº 12.305. Política Nacional de Resíduos Sólidos. 2010. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=636>>. Acesso em: 23 março 2017.
- BRASIL. Ministério da Educação. Resolução nº 2. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. 2012. Disponível em: <http://conferenciainfante.mec.gov.br/images/pdf/diretrizes.pdf>. Acesso em: 19 de julho de 2017.
- LEFÈVRE, F.; LEFÈVRE, A. M. C. O discurso do sujeito coletivo: um novo enfoque em pesquisa qualitativa. Caxias do Sul: Educs. 2003.
- LOPES, T. C. S.; ALCÂNTARA, R. L. Percepção ambiental de discentes do ensino médio através da metodologia do discurso do sujeito coletivo, semiárido potiguar. In: Giovanni Seabra. (Org.). Terra: Qualidade de vida, Mobilidade e Segurança nas cidades. 1 ed. João Pessoa/PB: Universitária da UFPB, v.1, p.942-951. 2013.
- MARCONI, M. A., LAKATOS, E. M. Fundamentos de metodologia científica. 6 ed. São Paulo: Atlas, 315p. 2005.
- RIBEIRO, C. S., CARVALHO, S. B., LIMA, M. G. S.; SILVA, C. J.C. Introdução da educação ambiental na escola: fortalecendo os laços na construção de valores Sociais e culturais. In: Congresso Interamericano de Engenharia Sanitária e Ambiental, Salvador: Abes/Aidis. 2012.
- SECAD. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Educação Ambiental: aprendizes de sustentabilidade. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidades. Brasília-DF: Cadernos SECAD 1. 2007.
- SILVA, M. M. P.; RAMOS, D. S. Análise Comparativa da Percepção Ambiental de Diferentes Atores Sociais de um Município do Semiárido Paraibano. In: Congresso interamericano de engenharia sanitária e ambiental, Anais... Salvador: ABES/AIDIS. 2012.